



P&amp;R



## Rui Patrício. “Polémica sobre voto eletrónico não faz sentido”

### O que pensa da polémica acerca do voto eletrónico nas eleições para a OA?

Penso que se trata de uma boa medida, e lamento que tenha sido transformada, com alguns argumentos falaciosos e também, porventura, oportunismo eleitoral, numa falsa polémica que distrai do que está em causa com esta medida e põe em segundo plano o que deveria ser realmente discutido a respeito do ato eleitoral que se aproxima.

### Um boa medida porquê?

Porque introduz transparência, bem como facilidade, e vai ao encontro da necessidade de inovação crescente nos dias de hoje. A Ordem e os advogados não podem ser passadistas nem enquistar-se em polémicas sobre falsos problemas. E é um método de voto seguro, controlável e auditável, e está bem testado, além de que já é aplicado noutros países e, em Portugal, noutras ordens profissionais. Não percebo, francamente e em boa-fé, porque se agita o falso fantasma da insegurança e ainda menos porque se teme o voto eletrónico, quando é muito mais fiável e controlável do que o método de voto tradicional, além de que motiva maior

participação – o que, creio, todos desejam e aplaudem. **A sua posição não está influenciada pelo facto de ser, como é sabido, apoiante do atual bastonário, que se recandidata?**

Não, de todo. Sou apoiante do atual bastonário, como fui em eleições anteriores, mas isso nada tem que ver com o facto de me parecer que a questão do voto eletrónico é uma boa, diria mesmo, uma excelente medida. E que fique claro que sou não só apoiante, mas candidato ao conselho geral na lista encabeçada por Guilherme Figueiredo.

### Porquê esse apoio e essa candidatura?

Porque julgo que Guilherme Figueiredo encabeça o melhor projeto de todos os que se apresentam e porque o seu mandato em curso merece continuidade, pelo bem que trouxe à ordem, à advocacia e ao Estado de direito, sobretudo arrumando a casa internamente, normalizando e construindo relações institucionais externamente e afirmando a importância da advocacia no Estado de direito e na defesa dos direitos, liberdades e garantias e de um conceito material e alargado de dignidade dos cidadãos.

Sem ruído, mas com presença e firmeza. E julgo que, sendo um projeto com que me identifico, está na hora de dar um contributo ainda mais intenso do que tenho dado nos últimos anos.

### Não se revê, portanto, nas críticas de que foi um mandato apagado e no qual nada se fez?

Não me revejo, não, e não é verdade. A lista do que foi feito encheria várias páginas, a dignificação da ordem e dos advogados também, e não podemos confundir ruído com ação verdadeira nem gritaria com substância. Respeito muito todos os bastonários e todos os titulares de órgãos da ordem, bem como todos os candidatos, mas isso não me inibe, antes me estimula, a alinhar pelo que penso ser o caminho que melhor serve as obrigações e as funções fundamentais da ordem e melhor trata o papel da advocacia numa sociedade cada vez mais complexa e exigente. Uma sociedade livre e digna não pode viver sem advogados, mas estes e a sua ordem não podem também alhear-se desse papel e de lutar de forma séria, digna e responsável por isso.